

SENADO

Modificado, arcabouço é aprovado com folga

Com exclusão do FCDF, da educação e da ciência do limite de gastos, texto volta à Câmara

» EDLA LULA

O governo conseguiu aprovar com folga, no Senado, o projeto de lei complementar do novo marco fiscal. Foram 57 votos a favor e 17 contrários. Como o relator da matéria, senador Omar Aziz (PSD-AM), alterou pontos do texto votado na Câmara, a proposta voltará para nova apreciação pelos deputados.

O Projeto de Lei Complementar (PLP 93/2023) atende à exigência da chamada PEC da Transição, que determinou a criação de um novo regime de controle de gastos públicos. O texto aprovado determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve estabelecer a meta de resultado primário para o exercício financeiro de referência e trazer projeção para os três anos subsequentes.

Para 2023, a meta de resultado primário proposta é de -0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), passando a 0% em 2024, 0,5% em 2025 e 1% em 2026, com intervalo de tolerância de 0,25 pontos percentuais para mais ou para menos. O crescimento anual das despesas da União fica com o piso de 0,6% do PIB e teto de 2,5% do PIB.

O PLP 93/2023 recebeu 101 emendas, quase todas rejeitadas. Aziz retirou do limite de gastos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Na última hora, o relator acatou emenda do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso, que pode evitar o corte de até R\$ 40 bilhões no Orçamento de 2024. O governo contava com uma mudança no artigo que trata do indicador usado no cálculo do aumento de

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Pacheco na sessão: texto recebeu 57 votos a favor, com folga em relação aos 41 necessários

» Tebet comemora

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que a aprovação do arcabouço com as mudanças promovidas pelo Senado vai abrir espaço fiscal no Orçamento para a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ficaria comprometido sem a alteração. Ela se referia a uma emenda do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), acatada pelo relator Omar Aziz (PSD-AM), que permite incluir no Orçamento de 2024 a previsão de despesas condicionadas, que só seriam executadas após aprovação de crédito extraordinário pelo Congresso. Esse dispositivo deve evitar um corte de cerca de R\$ 32 bilhões no Orçamento de 2024.

despesas. O substitutivo da Câmara definiu a correção pelo IPCA dos 12 meses terminados em junho do ano de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e não a estimativa de inflação de janeiro a dezembro, como previa o texto original do governo. Sabendo que qualquer alteração seria rejeitada quando a matéria voltasse para a Câmara, Aziz optou por não fazer alterações.

A proposta de Randolfe não modifica a redação, mas traz uma alternativa para evitar o corte no orçamento dos ministérios. "Trata-se de uma simples emenda de ajuste. O cálculo do IPCA que foi feito na Câmara levou em consideração o mês de agosto, que registrou uma deflação artificial, em decorrência da redução arbitrária de tributos sobre o preço de combustíveis e isso criará a necessidade de um corte de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões no Orçamento do ano que vem",

argumentou Randolfe. "Nós não mexemos no cálculo e na fórmula que foi estabelecida na Câmara. O objetivo é simplesmente evitar esse corte, permitindo que o montante dessa despesa seja incluído na PLOA do ano que vem como despesa condicionada."

Com a aprovação desse dispositivo, o governo poderá encaminhar ao Congresso, em janeiro de 2024, um projeto de lei de crédito adicional para ampliação do limite de gastos, com base na inflação realizada até dezembro. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, que torcia pela aprovação dessa emenda, acompanhou a votação no plenário.

Como a semana que vem será esvaziada, por causa dos festejos juninos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), programou a votação na Casa para o início de julho.

» **LEIA MAIS** sobre o Fundo Constitucional do DF na página 13

ENCONTRO COM O PAPA

Lula e Francisco discutem promoção da paz

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve, ontem, o primeiro encontro do mandato com o papa Francisco, no Vaticano. Os dois líderes discutiram, em reunião que durou 45 minutos, a situação política da América do Sul, a guerra entre Ucrânia e Rússia e o combate à desigualdade e à fome no mundo, entre outros tópicos.

Lula e Francisco trocaram presentes, e o presidente oficializou o convite para que o papa venha ao Brasil participar do Círio de Nazaré, que ocorre em Belém, no Pará, em outubro. Na Itália, o chefe do Executivo ainda teve uma série de compromissos com autoridades, como o presidente italiano, Sergio Mattarella, e com a primeira-ministra, Giorgia Meloni, de extrema direita — o compromisso não estava na agenda oficial, mas foi confirmado de última hora.

O encontro no Vaticano ocorreu a portas fechadas. Segundo comunicado da Santa Sé, a atmosfera foi "acolhedora e cordial", considerando que os dois se conhecem há cerca de 20 anos, quando Jorge Bergoglio — nome de batismo do pontífice — era cardeal em Buenos Aires, na Argentina.

Segundo informações do Vaticano, Lula e o papa tiveram uma troca positiva de visões sobre a situação sociopolítica da América do Sul, além de conversar sobre "a promoção da paz e reconciliação, a luta contra a pobreza e a desigualdade, o respeito pelos povos indígenas, bem como a proteção do meio ambiente".

Na troca de presentes após a conversa, a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, deu ao pontífice uma imagem da Nossa



Segundo o Vaticano, atmosfera da reunião foi "acolhedora e cordial"

Senhora de Nazaré. Já o presidente entregou uma gravura da Sagrada Família feita pelo artista pernambucano J. Borges. Francisco, por sua vez, presenteou o petista com uma imagem de bronze forjada no próprio Vaticano, com a frase em italiano: "A paz é uma flor frágil". Ao entregar o objeto, o pontífice declarou, em espanhol, que "estamos em tempos de guerra, e a paz é muito frágil".

Questão climática

Ao fim da agenda com autoridades italianas, Lula deu uma breve declaração a jornalistas ao lado do prefeito de Roma, Roberto Gualtieri. Segundo ele, o tema ambiental esteve presente em todas as discussões. "A minha viagem foi — no meu ponto de vista — para recolocar o Brasil no centro das discussões sobre a questão climática no mundo. O Brasil é um

país muito importante, tem uma matriz energética, possivelmente, mais limpa do mundo. Tem o compromisso de zerar o desmatamento na Amazônia até 2030", frisou.

O chefe do Executivo agradeceu ao prefeito de Roma pelo apoio no período em que esteve detido em Curitiba — Gualtieri o visitou na prisão. Antes da viagem, o Itamaraty declarou que a agenda era de "caráter pessoal", pela relação entre Lula e o prefeito, que também declarou respaldo ao petista nas eleições do ano passado.

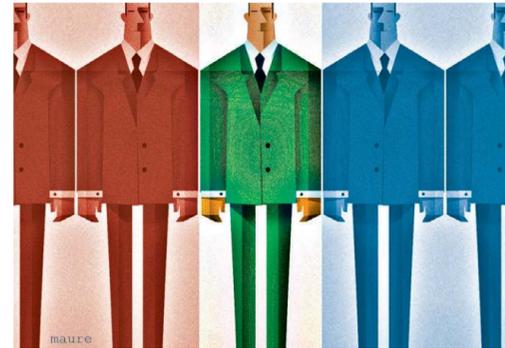
Hoje, Lula estará na França, onde participará da Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, com outros chefes de Estado e discursará no festival de música Power Our Planet. Amanhã, terá um almoço de trabalho com o presidente francês, Emmanuel Macron, para debater o acordo entre a União Europeia e o Mercosul (**leia Saiba mais**).

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Aprovação de Zanin marca reposicionamento do Centrão

Com a expressiva votação de 58 senadores a favor e apenas 18 contra, o advogado criminalista Cristiano Zanin, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teve seu nome aprovado pelo Senado Federal para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), do ministro aposentado Ricardo Lewandowski, que deixou a Corte em abril.

Advogado do presidente Lula no caso do triplex de Guarujá, Zanin conseguiu anular o processo com a sustentação da tese de que o então titular da 8ª Vara Federal de Curitiba, hoje senador Sérgio Moro (União-PR), responsável pelo julgamento dos réus da Operação Lava-Jato, não era o juiz natural do caso, que nada tinha a ver com o escândalo da Petrobras.

Com 17 votos a mais do que o necessário, num plenário de 81 senadores, a votação reflete o realinhamento de forças em curso no Senado, no qual o Centrão, liderado pelo senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, começa a refugar a política de oposição sistemática adotada pelo senador Rogério Marinho (PL-PI), cuja candidatura à Presidência da Casa, contra a reeleição de Rodrigo Pacheco, agora está sendo considerada um grave erro. Por causa da derrota, todos os senadores que o apoiaram ficaram fora da Mesa e de todas as comissões do Senado.

Pesou na decisão a atuação de Zanin durante a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na tarde de ontem, pouco antes de seu nome ir à votação em plenário. Na sabatina, 21 senadores apoiaram sua indicação, contra apenas cinco da oposição, o que já sinalizava o isolamento do bolsonarismo raiz no plenário do Senado.

Zanin foi sabatinado durante oito horas. Houve um embate com Moro, que questionou o novo ministro se sentiria confortável se tivesse que julgar alguma ação da Operação Lava-Jato. "Eu não acredito que o simples fato de colocar o nome Lava-Jato no processo é um critério para ser utilizado no ponto de vista jurídico para aquilatar o impedimento", afirmou. "Quase tudo que funcionava em varas criminais, muitas vezes, recebia a etiqueta de Lava-Jato. Uma vez identificada uma hipótese de impedimento ou suspeição, não terei o menor problema de declarar."

Processos

A aprovação de Zanin foi uma das mais expressivas entre os atuais ministros do Supremo. Considerado um "garantista", recebeu apoio de setores da oposição, o que não aconteceria com um candidato ideologicamente ligado ao PT, embora o principal articulador de seu nome tenha sido o líder da legenda, senador Jaques Wagner (BA). Por essa razão, a principal crítica ao seu nome, a de ter sido o advogado de Lula, caiu no vazio. Principalmente em razão das conversas do próprio Zanin com senadores de todos os partidos.

Ao longo da sabatina, diante dos temas levantados pelos senadores, Zanin revelou posições moderadas e até conservadoras sobre assuntos polêmicos, como marco temporal das terras indígenas, aborto, liberação das drogas. Restou apenas a relação com o presidente Lula como principal argumento dos que se opuseram ao seu nome. Zanin assumirá 534 processos que estavam a cargo de Lewandowski. Entre eles, estão processos de controle de constitucionalidade da quarentena para a indicação de políticos em empresas estatais, da reinclusão de contribuintes que haviam sido excluídos do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e do cálculo das sobras eleitorais para eleições proporcionais.

Da área criminal, Zanin herdará duas ações ajuizadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que questionam resolução sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal do Ministério Público. Na trabalhista, uma ação da Confederação Nacional do Transporte (CNT) contra normas da Justiça do Trabalho sobre o princípio da "prescrição intercorrente" (quando a ação é encerrada por falta de movimentação no processo) nos casos de execução de condenações trabalhistas.

Na área política, uma queixa-crime do ex-ministro Onyx Lorenzoni contra o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso. Outro caso é o deputado Dionílio Mateus Marcon (PT-RS), denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), em 2021, pelos supostos crimes de injúria racial, desacato, desobediência e ameaça contra policiais durante uma abordagem em um assentamento de sem-terras em Nova Santa Rita (RS). Zanin será um ministro longo, pois somente em 2050 completará 75 anos.

Saiba mais

Obstáculos ao acordo

A União Europeia adotou nos 27 países-membros uma lei antidesmatamento que promete banir do mercado interno produtos agrícolas, como carne de gado, café e óleo de palma, entre outros. O critério de exclusão dos itens é que tenham sido cultivados ou produzidos em alguma etapa da cadeia em área que tenha sido monitorada e desmatada, desde 2021.

A nova legislação gerou protestos do governo brasileiro. O presidente Lula disse que a lei quebra o equilíbrio do acordo comercial negociado há 20 anos. Ele cobrou que os europeus não devam agir com desconfiança com o Brasil, mas, sim, como parceiros.

A lei antidesmatamento emperrou ainda mais as negociações para conclusão do Acordo Comercial do Mercosul com a União Europeia. Lula deseja renegociar uma parte do acordo sobre compras governamentais, que daria à indústria europeia aval para disputar licitações públicas no Brasil.

Além disso, o governo reagiu de forma dura e acusou os europeus de proporem sanções aos países sul-americanos, o que também impactaria o agronegócio brasileiro, na carta paralela que foi apresentada em março, com condicionantes climáticas e ambientais para a assinatura do acordo.